

ppri.partido@proton.me

csm.roraima@gmail.com

08/03/2026 / nº 99

Manifesto PPRI



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

RECUPERAR O DIA INTERNACIONAL DA MULHER TRABALHADORA COMO UM DIA DA LUTA CLASSISTA, EM DEFESA DOS EMPREGOS, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE VIDA

É preciso romper com as festividades e culturalismo do 08 de março, voltando a erguer as bandeiras da luta pelo socialismo!



O dia internacional da mulher foi forjado a partir da luta de classes, ligado aos movimentos operários do século XX e seu combate à opressão de classe, e à passeata de mulheres em 8 de março de 1917 na Rússia em protesto contra a carestia, o desemprego e a deterioração geral das condições de vida que assolavam as massas exploradas, sobretudo as mulheres, que sofrem as violentas manifestações da opressão de classe desde a primeira divisão social do trabalho, há muitos séculos. No Brasil, o desemprego entre as mulheres é 44% maior se comparado aos homens, segundo o IBGE (2025). Este dado escancara desigualdades importantes, pois as mulheres continuam enfrentando barreiras adicionais para acessar e se manter no mercado de trabalho. A dupla jornada de trabalho, que inclui as atribuições dos serviços domésticos não remunerados (como cuidar dos filhos), mantém-se como um dos elementos decisivos para jogar uma parcela considerável de mulheres no desemprego. Assim, se veem obrigadas a trabalhar na informalidade, no subemprego, para manutenção básica de sua subsistência e de sua família. Quando estão em empregos formais, as mulheres recebem 21% a menos do que os homens, em média. A diferença salta para 33,5% se compararmos mulheres negras com homens brancos.

Outro elemento de extrema relevância para a condição de vida das mulheres é o aumento da violência contra elas. Os dados revelam que, por dia, 12 mulheres sofrem algum tipo de violência, sendo a mais frequente a tentativa de feminicídio e agressão (33,56%), em seguida algum tipo de violência sexual/estupro (17,94%), seguido pelo feminicídio (10,19%) e homicídio (8,42%). Mais da metade das vítimas de violência sexual ou estupro tem 17 anos ou menos (56,5%), como ocorrido no dia 31 de janeiro, em Copacabana, quando 4 homens entre 18 e 19 anos emboscaram e estupraram coletivamente a ex-namorada de 17 anos de um deles. Este episódio não foi isolado, pois em mais de 80% dos casos de agressão e tentativa de feminicídio, os agressores são parceiros ou ex-parceiros das vítimas (dados do IPEA), enquanto em 84,7% dos casos de estupro, o violentador é um familiar ou conhecido. Já dados da ONU apontam que 60% dos feminicídios do mundo são praticados por familiar ou parceiro íntimo.

Os casos de feminicídio se destacam entre as demais formas de violência pelo seu

crescimento expressivo nos últimos anos. Em 2025, 1.568 mulheres foram assassinadas por serem mulheres (o que diferencia o feminicídio do homicídio), ou seja, porque seus corpos sofrem da violência do homem que trata suas vidas e seus destinos como de sua propriedade. Este é o maior número desde 2015, o mesmo ano que a então presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.104/2015, que incluiu o feminicídio no código penal brasileiro como, aumentando a pena de homicídio em 1/3; e mais de um ano depois de sancionada a Lei 14.994/2024, conhecida como “Pacote Antifeminicídio”. Assim como a lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) tentou coibir a violência doméstica, as alterações do Código Penal se mostraram ineficazes na realidade das mulheres, haja vista a crescente violência contra as mulheres.

Enquanto isso, a submissão e subjugação da mulher ao homem está em plena ascensão. De um lado, como resultado do obscurantismo religioso e ideológico imposto por meio das igrejas e de outras ferramentas da classe dominante. Por outro, pelo avanço no seio da política burguesa que coloca as mulheres como inferiores e destinadas, fundamentalmente, ao serviço doméstico e cuidados dos filhos. As correntes reformistas, centristas e estalinistas chamam a votar em candidatos e governos que, quando eleitos, são impotentes para aprovar a implementação de creches públicas estatais; comedores e lavanderias estatais; a igual trabalho, igual salário; direito ao aborto seguro e gratuito garantido pelo estado etc. e, desse modo, garantir urgentemente as condições de vida e trabalho dignas às mulheres exploradas. Recuaram, e até mesmo retrocederam, na defesa dessas pautas, com ainda mais força diante do pleito eleitoral de 2026. Assim, os partidos de direita e ultradireita avançam em difundir a ideologia reacionária e obscurantista..

A discriminação salarial e política, a violência sexual, a superexploração do trabalho com menor remuneração, a escravatura do lar, os assassinatos, as imposições das igrejas, a crescente naturalização social dos estupros, enfim, todas as chagas da barbárie social capitalista que recai sobre as mulheres, entre diversos outros direitos negados e manifestações da opressão com raízes nas sociedades divididas em classes sociais, demonstram que as festividades, as rodas de conversas, os atos simbólicos, as leis burguesas e as atividades distracionistas e movimentos corporativistas nada mais fazem que ludibriar às mulheres oprimidas com promessas que nunca se cumprem enquanto existir o capitalismo. Portanto, são um desvio na luta das mulheres pela sua emancipação junto aos homens de sua classe. A libertação da mulher explorada e oprimida da discriminação, da violência e da opressão reside na luta coletiva, rejeitando o eleitoralismo e da colaboração com a burguesia.

As mulheres, e demais oprimidos, em unidade e com a mais ampla democracia operária, só avançarão com suas reivindicações próprias na luta de classes contra a burguesia e com os métodos próprios do proletariado. A política proletária levanta as reivindicações mais sentidas pelas massas femininas oprimidas para uni-las aos homens de sua classe num movimento assentado na luta de classes, na democracia operária, na independência de classe, parte da luta dos explorados contra os exploradores e seus governos. Para conquistar a igualdade e a livre participação da mulher em todas as esferas da vida social, econômica e política, devemos acabar com as classes e a grande propriedade privada dos meios de produção. Mas, não basta apenas a revolução proletária para sanar do dia para a noite as opressões da sociedade de classes e suas consequências, mas ela é a base fundamental sobre a qual se poderá eliminar definitivamente toda forma de opressão, que são manifestações da opressão de uma classe contra outra, na transição ao socialismo.